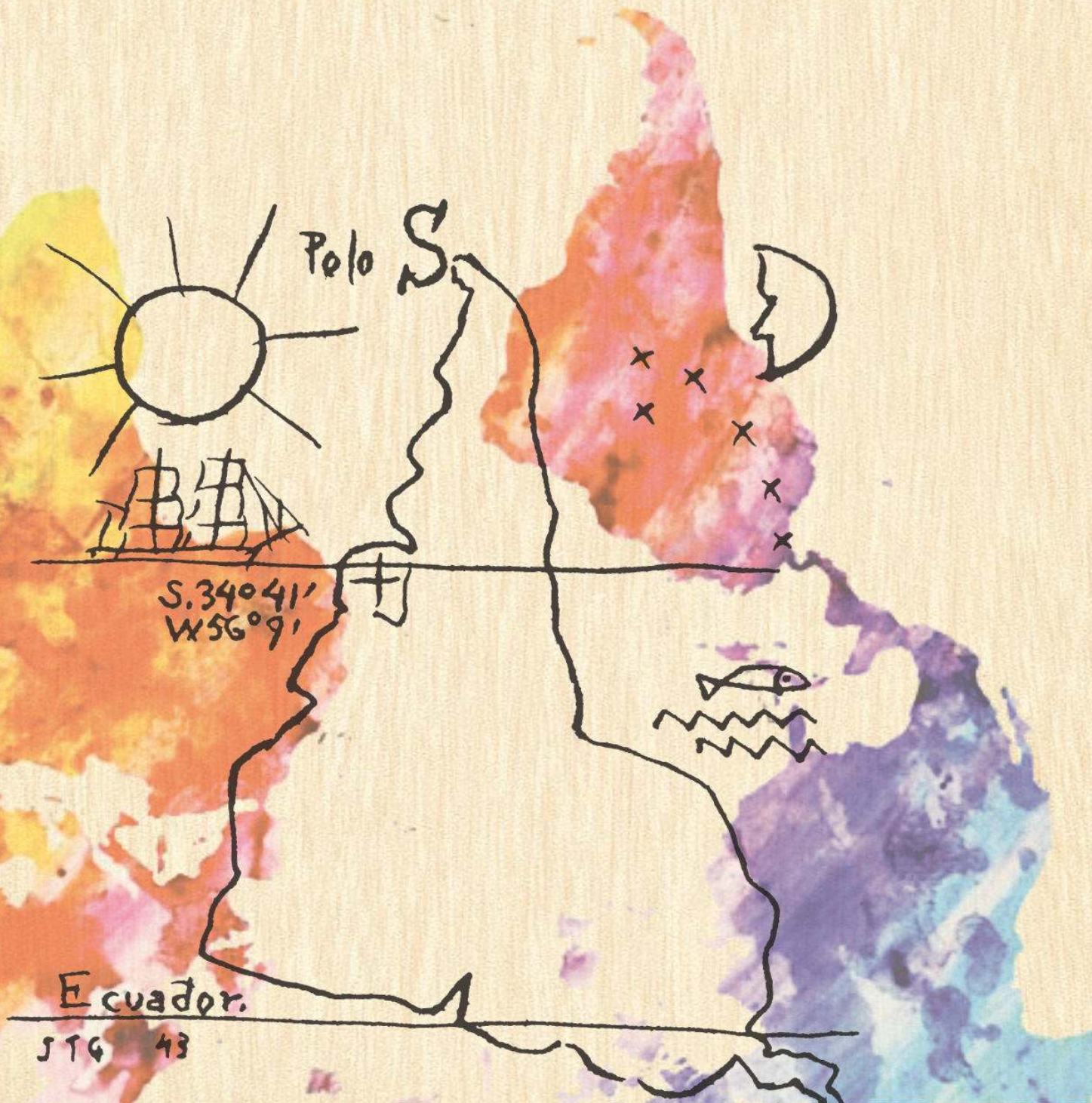


Raquel Maria Rigotto
Ada Cristina Pontes Aguiar
Livia Alves Dias Ribeiro
(Organizadoras)

Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias



Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

Rossieli Soares da Silva

Universidade Federal do Ceará

REITOR

Prof. Henry de Holanda Campos

VICE-REITOR

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Conselho Editorial

PRESIDENTE

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

CONSELHEIROS

Prof.^â. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

RAQUEL MARIA RIGOTTO
ADA CRISTINA PONTES AGUIAR
LÍVIA ALVES DIAS RIBEIRO
(Organizadoras)

TRAMAS PARA A
JUSTIÇA AMBIENTAL:
diálogo de saberes e práxis emancipatórias



EDIÇÕES
UFC

Fortaleza
2018

Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias
© 2018 Copyright by Raquel Maria Rigotto, Ada Cristina Pontes Aguiar, Livia
Alves Dias Ribeiro (Organizadoras)
Impresso Brasil / Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

Todos os Direitos Reservados

Edições UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará
CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85)3366.7499 (Distribuição)
3366.7766 (Diretoria) 3366.7439 (Livraria)
Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

Divisão de Editoração

Coordenação Editorial

Moacir Ribeiro da Silva

Revisão de Texto

Francisca de Sá Benevides

Normalização Bibliográfica

Perpétua Socorro Tavares Guimarães

Programação Visual e Diagramação

Valdiano Araújo Macedo

Capa

Mayara Melo Rocha

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães

CRB 3/801-98

Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis
emancipatórias / organização de Raquel Maria Rigotto,
Ada Cristina Pontes Aguiar, Livia Alves Dias Ribeiro. –
Fortaleza: Edições UFC, 2018.

597 p.

Isbn: 978-85-7282-755-3

1. Justiça ambiental 2. Ciência emancipatória
3. Universidade e Sociedade 4. Diálogos de saberes
5. Conflitos ambientais. I. Rigotto, Raquel Maria
II. Aguiar, Ada Cristina Pontes III. Ribeiro, Livia Alves Dias
IV. Título

CDD: 341.347

Editora Filiada à



Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

Sumário

APRESENTAÇÃO9

PREFÁCIO

Alba Maria Pinho de Carvalho 13

Parte I – ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS PARA A LEITURA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

RENTISMO-NEOEXTRATIVISMO: A INSERÇÃO DEPENDENTE DO BRASIL NOS PERCURSOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO (1990-2017)

Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC), Bruno Milanez (UFJF) e Eliana Costa Guerra (UFRN)..... 19

COLONIALIDADE, PENSAMENTO DECOLONIAL E CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky (UFRGS) 59

UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DISPUTA HEGEMÔNICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LÓGICA DE MERCADO

Thiago Arruda Queiroz Lima (UFERSA) e Fernando Antônio Fontenele Leão (Núcleo Tramas/UFC)..... 91

SUSTENTABILIDADE COMO PROCESSO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Julianna Malerba (Fase/RBJA), Maiana Maia Teixeira (Fase/RBJA) e Ruben Siqueira (CPT) 129

DESVELANDO AS TRAMAS ENTRE SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: APORTES EPISTEMOLÓGICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Raquel Maria Rigotto (Núcleo Tramas/UFC), Ada Cristina Pontes Aguiar (Núcleo Tramas/UFCA), Andrezza Graziela Veríssimo Pontes (UERN), Saulo da Silva Diógenes (Núcleo Tramas/UFC) e Edgar Manoel Bernardo (Unilúrio, Moçambique) 163

Parte II – PRÁXIS ACADÊMICAS EM TORNO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: UNIVERSIDADE E EMANCIPAÇÃO

NA FORJA DE OFÍCIOS GESTANDO UTOPIAS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL NA UFMG

Andréa Zhouri, Raquel Oliveira, Klemens Laschefski e Marcos Zucarelli (Gesta/UFMG)..... 217

GRUPO DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE (GEDMMA) E MOVIMENTOS POPULARES: HERANÇAS E TRAJETÓRIAS DA RESISTÊNCIA

Elio de Jesus Pantoja Alves, Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Cíndia Brustolin, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Tayanná Santos de Jesus Sbrana (Gedmma/UFMA)..... 253

CONTRIBUIÇÕES DA CARTOGRAFIA SOCIAL PARA ASSEGURAR SOBERANIA TERRITORIAL DE COMUNIDADES CAMPONESAS

Antonio Jeovah de Andrade Meireles (UFC), Adryane Gorayeb (UFC), Brenda Gaudino Rocha (UFC) e Francisco Otávio Landim Neto (Unifap)..... 279

HISTÓRIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA CIÊNCIA ENGAJADA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Anamaria Testa Tambellini, André Campos Búrigo, Ary Carvalho de Miranda, Cheila Nataly Galindo Bedor, Fernando Ferreira Carneiro, Gabriel Eduardo Schütz, Guilherme Franco Netto, Hermano Albuquerque de Castro, Karen Friedrich, Lia Giraldo da Silva Augusto, Marcia Sarpa de Campos Mello, Luiz Roberto Santos Moraes, Marcelo Firpo de Souza Porto, Marla Fernanda Kuhn, Nelson da Cruz Gouveia, Raquel Maria Rigotto (GT de Saúde e Ambiente da ABRASCO)..... 303

A PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO: DESOBEDIÊNCIAS EPISTÊMICAS E INSURGÊNCIAS ACADÊMICAS NA PRÁXIS DO NÚCLEO TRAMAS

Raquel Maria Rigotto, Fernando Antônio Fontenele Leão e Rafael Dias de Melo (Núcleo Tramas/UFM)..... 345

Parte III – APRENDIZADOS NO DIÁLOGO COM OS TERRITÓRIOS NOS 20 ANOS DO NÚCLEO TRAMAS/UFC

JUVENTUDES DO CAMPO E JUSTIÇA AMBIENTAL NO CEARÁ: UM PROJETO DE EXTENSÃO DO NÚCLEO TRAMAS

Lais Alves Moreira Brasileiro, Camila Aguiar de Oliveira Lopes, Fernando Antônio Fontenele Leão (Núcleo Tramas/UFC) 399

ÁGUAS E NEOEXTRATIVISMO: INJUSTIÇA HÍDRICA E R-EXISTÊNCIA DOS COMUNS

Renata Catarina Costa Maia (Núcleo Tramas/UFC), Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma (Núcleo Tramas/UFC), Lívia Alves Dias Ribeiro (Núcleo Tramas/UFC) e João Alfredo Telles Melo (FA7) 437

A INSURGÊNCIA DOS SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS NO CONTEXTO DE CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NA CHAPADA DO APODI

Maria de Lourdes Vicente da Silva (MST e Núcleo Tramas/UFC) e Bernadete M. Coêlho Freitas (Fafdam/UECE)..... 495

JUSTIÇA AMBIENTAL, SAÚDE E AGROECOLOGIA: AS APRENDIZAGENS DO NÚCLEO TRAMAS COM AS MULHERES NOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO AMBIENTAL

Luana Carolina Braz de Lima (Núcleo Tramas/UFC), Emanuelle Rocha dos Santos (Núcleo Tramas/UFC), Mayara Melo Rocha (Núcleo Tramas/UFRB) e Maria de Lourdes Vicente da Silva (MST e Núcleo Tramas/UFC) 537

ENTRELAÇAMENTO OU TRAMAS NO TRAMAS

Laerte Pereira de Moura (um leitor, não acadêmico)565

POSFÁCIO

Marcelo Firpo Porto593

RENTISMO-NEOEXTRATIVISMO: A INSERÇÃO DEPENDENTE DO BRASIL NOS PERCURSOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO (1990-2017)

*Alba Maria Pinho de Carvalho*¹

*Bruno Milanez*²

*Eliana Costa Guerra*³

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, mais precisamente no final do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, aprofundam-se transformações no capitalismo, vinculadas a um intenso desenvolvimento das ciências e da tecnologia, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética do bem viver e do cuidado. É o contexto da “mundialização do capital com dominância financeira” (CHESNAIS, 2003), com mudanças, em curso, nos padrões de acumulação e de valorização do capital. De forma incontestada, o capitalismo vive uma fase rentista, configurando a financeirização da economia, “faceta mais conhecida e seguramente a mais discutida dessa história” contemporânea (PAULANI, 2018). De fato, em nível mundial, o capitalismo financeirizado impõe-se em processos de expansão, sem controles e sem limites, a exigir dos diversos países diferentes padrões de ajuste. A crise estrutural do capital, agravada em 2008, é um marco decisivo nesta nova temporalidade, a reger a civilização do capital.

-
- 1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.
 - 2 Doutor em Política Ambiental pela Lincoln University em 2006. Professor do Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF.
 - 3 Doutora em Sociologia pela Universidade Paris 8. Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Logo, pensar o Brasil contemporâneo, no foco da crítica, exige circunscrever percursos da experiência brasileira de ajuste na ordem do capitalismo financeirizado, a partir de 1990, tendo, como fio condutor, o processo de inserção do país nos movimentos de acumulação do capital, em nível mundial (PAULANI, 2012), nos últimos 27 anos, a encarnar o histórico “signo da dependência” (PAULANI; PATO, 2005). Nessa perspectiva, necessário se faz demarcar a dupla via de inserção da experiência brasileira de ajuste: uma inserção ativa e subordinada na acumulação rentista, constituindo-se o Brasil, no século XXI, em uma plataforma emergente de valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis – um dos maiores do mundo – mediante elevação das taxas de juros, no âmbito da política monetária e cambial de ajuste; e uma inserção internacional periférica e subordinada nos processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), com base na produção de *commodities*, sobretudo agrícolas e minerais (CARVALHO; GUERRA, 2015; MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016). A rigor, essas duas vias articulam-se e complementam-se, nos complexos processos de composição orgânica do capital, configurando a intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista.

A análise, aqui desenvolvida, objetiva destrinchar a versão brasileira do padrão de acumulação capitalista dominante no continente latino-americano: o modelo rentista-neoextrativista, centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas.

Para tanto, buscamos adentrar no rentismo, no interior dos ciclos de ajuste da experiência brasileira e na formação e caracterização histórica do neoextrativismo, trabalhando os vínculos orgânicos da construção desse modelo de ajuste. Nesta empreitada analítica, delineamos, como elemento decisivo, o mercado global das *commodities* no Brasil, explicitando tensões e repercussões do processo de inserção regressiva da pauta exportadora brasileira, com uma crescente dependência da nossa balança comercial com relação a alguns poucos produtos. Nossa discussão direciona-se, pois, para a apreensão do possível esgotamento do modelo em pauta, no contexto da crise brasileira

contemporânea e/ou suas redefinições, no cenário do Golpe 16⁴, com sua pesada arquitetura, fundada em radical submissão ao rentismo.

O MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA COMO VIA DE AJUSTE E AS ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS

O modelo rentista-neoextrativista consubstancia a composição orgânica do capital financeiro com o capital vinculado à produção de *commodities* agrícolas, minerais e de outros recursos naturais. Trata-se da intrincada relação entre o rentismo e o neoextrativismo⁵, a reforçar o processo de “dependência redobrada”⁶ do Brasil ao capitalismo financeiro, nos marcos da experiência brasileira de ajuste.

4 O Golpe 16 é um golpe de Estado, processualmente construído pelas classes dominantes com setores conservadores da sociedade, no Brasil, na segunda década do século XXI, a culminar com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e com o conseqüente assumir do vice-presidente, Michel Temer, em conclusão com as forças golpistas. Trata-se de um golpe de Estado, urdido na contemporaneidade, com peculiares configurações, constituindo uma estratégia das forças de direita, vinculadas a diferentes segmentos do capital, sobretudo internacionais, no contexto da América Latina, cabendo destacar os casos de Honduras, em 2009, e Paraguai, em 2012. A trama golpista consiste em depor presidentes eleitos, por meio de dispositivos legais, manipulados e instrumentalizados por parlamentares, juizes e por oligarquias empresariais e financeiras, conseguindo que um parlamento conservador coeso acate acusações sem respaldo legal, apenas como pretexto político, forjando uma pseudolegalidade.

5 O conceito de neoextrativismo foi cunhado, especialmente, para descrever o modelo de “desenvolvimento” de alguns países andinos, sendo os casos mais emblemáticos a Bolívia e a Venezuela. No Brasil, ao longo dos anos 2000, políticas de perfil neoextrativista foram implementadas em paralelo a outras de viés “neodesenvolvimentista”, produzindo, em sua maioria, efeitos sociais, econômicos e ambientais próximos daqueles identificados nos países neoextrativistas. Para um debate mais detalhado sobre esse “neodesenvolvimentismo às avessas”, conferir Milanez e Santos (2015).

6 Leda Paulani (2012), em sua produção sobre a contemporaneidade brasileira, sustenta a tese de que essa dupla via de inserção do Brasil no capitalismo mundializado, pela via do rentismo, como plataforma internacional de valorização financeira, e pela via do neoextrativismo, como exportador de *commodities*, configura uma dependência redobrada do país, nos movimentos de acumulação, em nível mundial. Esta expressão, inclusive, constitui título do artigo que a autora publica em agosto de 2012, no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, já, à época, mostrando o arranjo de risco do modelo brasileiro de ajuste, em uma crítica à imagem de autonomia e independência do Brasil, como “economia blindada”, predominante nos discursos, no limiar da segunda década do século XX.

Rentismo nos ciclos da experiência brasileira de ajuste ao capitalismo financeirizado: da obediência rigorosa às imposições do consenso de Washington à submissão radical ao financismo no contexto do Golpe 16

Em 1990, o Brasil empreende sua inserção nos percursos voláteis do capitalismo financeirizado, deflagrando sua entrada, tardia e intensiva, no ciclo de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado, em um contexto de redemocratização, vivenciado pela sociedade brasileira⁷.

A rigor, instaura-se a experiência brasileira de ajuste estrutural, a empreender a financeirização do processo de acumulação, com a intervenção decisiva do Estado. É a dominância do Estado ajustador – “Estado que ajusta e se ajusta às exigências de expansão do capital”⁸ – a conviver com a institucionalização do Estado democrático, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita e subordinada à lógica de expansão do capital, em meio às tensões de movimentos sociais, em luta pela ampliação democrática. Com efeito, este Estado ajustador brasileiro, em toda a década de 1990 e anos 2000, afirma a sua dominância, em um contexto de tensões, de lutas e de construção

7 Ao circunscrever a contemporaneidade brasileira, partimos de um marco histórico fundante, qual seja: a confluência complexa e contraditória dos processos de democratização e de ajuste estrutural à ordem do capital mundializado, em tempos de financeirização da economia. De fato, nas duas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, a tessitura da vida brasileira é estruturalmente marcada por dois processos, que, a partir de 1990, confluem, de forma contraditória, com distintas perspectivas sociopolíticas: a democratização, com ápice na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a ampliar o Estado brasileiro pela via da política, construindo o Estado Democrático de Direito; e a experiência tardia, intensiva e dependente de ajuste ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, submetendo o Estado aos ditames de expansão do capital financeirizado, na constituição de um Estado ajustador, a limitar a democracia brasileira.

8 Estado ajustador constitui uma categorização referente à configuração estatal, constituída nos percursos do ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado, circunscrevendo o duplo movimento de formatação do próprio Estado aos ditames do capital e de intervenção ativa do Estado para viabilizar as exigências e condições impostas pelos segmentos do capital e organismos multilaterais, no processo de ajuste. Assim, delinea-se o Estado ajustador como o “Estado que ajusta e se ajusta aos processos de acumulação e valorização do capital, no âmbito do capitalismo mundializado”. Essa expressão foi cunhada por Alba Maria Pinho de Cavalho, na sua tese de doutoramento “O Brasil real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 1999.

de uma cultura política democrática (CARVALHO, 2010), com momentos de avanços e de retrocessos. O Estado brasileiro se amplia pelo mercado, ajustando-se às exigências do capital, fragilizando o Estado democrático, minando suas condições de cumprir os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988. O equilíbrio da balança comercial, em benefício do pagamento das dívidas externa e interna, torna-se a grande prioridade nacional.

De forma incontestada, a experiência brasileira de ajuste materializa os percursos do rentismo, na contemporaneidade brasileira. A partir dos anos 1990, nos marcos do ajuste estrutural, o Brasil vivencia a hegemonia da finança, de sua forma predominante de funcionamento, o capital financeiro e o setor bancário-financeiro, com permanente aval do Estado, independentemente das forças políticas à frente do Executivo Federal (PAULANI, 2018). Com efeito, a financeirização da economia marca o padrão brasileiro de ajuste, ao longo do período aqui analisado, com inflexões que nos permitem delinear distintos “ciclos de ajuste”, considerando peculiaridades no interior do modelo rentista-neoextrativista. Assim, a partir de 1990 até 2017/2018, categorizamos cinco ciclos de ajuste, consubstanciando a experiência brasileira⁹. Senão vejamos!

Na última década do século XX, o Brasil assume uma inserção ativa e dependente no capitalismo financeirizado, atada à agenda estratégica do Consenso de Washington e a seus pilares neoliberais: privatização, liberalização, desregulamentação, abertura massiva ao capital estrangeiro. É a submissão aos ditames das políticas de ajuste, estabelecidas pelos centros hegemônicos para os países periféricos e “devedores”, particularmente da América Latina (CARVALHO, 1999). Assim, delinea-se o primeiro ciclo de ajuste, que denominamos *ciclo de estabilização da economia*, compreendendo os governos Collor de Mello (1990-1992), Ita-

9 Esse esforço de categorização de ciclos de ajuste na experiência brasileira, empreendido por Alba Maria Pinho de Carvalho e Eliana Costa Guerra, materializa-se em distintas produções, apresentadas em seminários, eventos internacionais, em disciplinas, artigos e capítulos de livros. Resulta de um processo de pesquisa iniciado em 2012 e ainda em curso, acompanhando, inclusive, os movimentos da história recente no âmbito do Golpe 16. Cabe destacar, particularmente, dois artigos publicados por Carvalho e Guerra na *Revista de Políticas Públicas* do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), quais sejam: “O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica” (*Revista de Políticas*, v. 19, n.1, jan./jun. 2015, p. 41-6) e “Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias?” (*Revista de Políticas*, nov. 2016, n. especial, p. 267-280).

mar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002). Tais governos adotam, de forma disciplinada, o discurso e a prática neoliberais, merecendo especial destaque a denominada “Era FHC”, que consolida, via Plano Real, a receita estratégica de ajuste de *Wall Street*, centrada na política de estabilização macroeconômica. Especificamente a partir de meados dos anos 1990, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, são tomadas medidas para o ingresso do país na era da financeirização.

Nesse contexto de governos do ajuste, as forças do capital financeiro são privilegiadas pelo Estado. Filgueira e Druck (2007) consideram o primeiro mandato FHC (1995-1998) como o período, até então, mais intenso e mais duro de implantação do novo modelo de ajuste, sob a égide do capital financeiro, no interior do bloco dominante. Leda Paulani (2015), por sua vez, assevera que o programa do governo FHC (1995-2002), pautado no ideário neoliberal, define as “condições fundamentais para o ingresso ativo do País na era da financeirização”¹⁰. Nesse período, cortes de recursos públicos solaparam verbas que poderiam assegurar políticas sociais e, assim, materializar direitos conquistados na Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo, forças progressistas e de esquerda, no âmbito de movimentos sociais e de distintas formas de luta, exercem forte oposição sem, entretanto, conter o avanço do programa de ajuste neoliberal, com sua dinâmica de desmonte e de (re)montagem de estruturas estatais, em atendimento às demandas dos circuitos do capital, materializadas em prescrições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Tais processos de reformas ajustadoras atingem diferentes dimensões do aparato estatal (CARVALHO, 1999). Neste ciclo neoliberal, privatista e desregulamentador, em um jogo contraditório de forças, a sociedade civil movimenta-se, no sentido de afirmar interesses dos trabalhadores, dando concretude e materialidade a direitos reconhecidos no texto constitucional e em legislações específicas.

Na primeira década do século XXI, em meio ao acirramento das contradições do modelo neoliberal de ajuste ao capitalismo financeiriza-

10 O governo adota, então, medidas de estabilização monetária, com vistas a viabilizar o cálculo rentista; implementa soluções para problemas originados pela moratória de 1987, a fim de restaurar a confiança dos credores; implanta uma política monetária de elevadíssimos juros reais, além de um rígido controle fiscal, visando gerar superávits primários cada vez maiores. E tudo isso coroado por amplas privatizações.

do, a América Latina deflagra processos de mudança em sua fisionomia política, delineando um novo ordenamento geopolítico. A rigor, o continente latino-americano vivencia um período de ascensão de governos ditos progressistas, de diferentes matizes. Entre eles, destaca-se o governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciando a chamada “Era Lula”, fundada em um amplo leque de alianças, configurada em dois governos, com inflexões diferenciadas em cada um dos períodos, quais sejam: 2003-2006 (primeiro governo Lula) e 2007-2010 (segundo governo Lula).

No primeiro governo Lula e em parte do segundo, é mantida e aperfeiçoada a política macroeconômica de ajuste, iniciada por FHC. Com efeito, neste período, persiste o modelo de ajuste dominado pela lógica do capital financeiro, em composições orgânicas com os setores exportadores, sobretudo na área de *commodities* agrícolas e minerais. Ao referir-se à perspectiva do governo de Luís Inácio Lula da Silva, Leda Paulani (2015) sustenta que, na condição de um governo de ajuste, Lula busca “assegurar de modo prioritário a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação”, utilizando, para tanto, estratégias que viabilizam e aumentam o grau de abertura financeira de nossa economia, nos circuitos internacionais de valorização rentista.

Concomitantemente, esse governo deflagra um amplo processo de políticas de enfrentamento da pobreza e, dessa forma, vai tecendo uma adesão passiva das massas. Incontestavelmente, tais políticas de enfrentamento à pobreza contribuíram para mudanças no tecido social brasileiro, com ascensão social de grupos antes mergulhados na extrema pobreza, pela via do consumo. Este período marcado por uma pretensa conciliação de classes consubstancia o segundo ciclo de ajuste, que pode ser nomeado como “ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas”.

Na segunda metade do segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma Rousseff efetiva-se uma inflexão na política econômica. Nesse momento, mantém-se o núcleo duro da política de ajuste, tentando incorporar uma dimensão de desenvolvimento. Assim, delineia-se o terceiro ciclo de ajuste, denominado “ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo”. Nesse terceiro ciclo, especificamente, no primeiro governo Dilma Rousseff, verifica-se uma tentativa de relativo afastamento da cartilha ortodoxa do ajuste, com a retomada de dimensões da heterodoxia, buscando, desse modo, uma guinada progressista na orientação da política econômica, a contrariar

interesses imediatos dos setores rentistas. Em meio a esse tensionamento, prevalecem os interesses do financismo e a pretensão neodesenvolvimentista não avança.

Cabe ressaltar que, nesses segundo e terceiro ciclos de ajuste, a direção do Partido dos Trabalhadores (PT) é respaldada por um amplo arco de alianças, com segmentos do capital e setores conservadores da vida social. De fato, o PT governa, tentando resolver pela via institucional, no parlamento, todas as questões, desconsiderando a potencialidade do poder popular. Assim, a manutenção de uma base aliada, no Congresso Nacional, constituiu uma tensão permanente, com concessões, cada vez mais amplas, tanto na Era Lula quanto no governo Dilma Rousseff, em um equilíbrio instável e em um arranjo político perigoso, que se desmonta nos percursos da crise brasileira.

Entre a primeira e a segunda décadas do século XXI, mais precisamente em 2011/2012, em um cenário de recessão econômica mundial, vinculado à crise do capital, a atingir fortemente a Europa e os Estados Unidos, o Brasil desponta como uma potência global emergente (ZIBELCHI, 2012), com uma *performance* econômica que parecia fazer o país pairar altaneiro, em meio ao mundo inteiro. Difunde-se a perspectiva de um “modelo brasileiro de crescimento econômico com distribuição de renda” (CARVALHO; GUERRA, 2015). O Brasil, então, consolida sua posição ativa e, marcadamente, dependente, no movimento mundializado de acumulação capitalista, com dominância financeira. Em verdade, essa versão brasileira do modelo rentista-neoextrativista, com o país na condição de mera plataforma emergente de valorização financeira e de exportador de *commodities* agrícolas e minerais, na intrincada relação entre extrativismo e mercado financeiro, constitui um arranjo de risco, ancorado em uma base política de coalisão conservadora, movida pela tradicional “política de negócios”, na sua expressão mais vil, patrimonialista e privatizante.

Em meio à crise estrutural do capital, em seus permanentes deslocamentos e redefinições geopolíticas globais, com a recessão a atingir a economia chinesa, o frágil modelo brasileiro de ajuste começa a ruir. Despontam, então, manifestações da crise brasileira, amplificadas pela grande mídia, num verdadeiro “terrorismo midiático”, nos termos de Paulani (2014). Esse é o clima que marca as acirradas disputas das eleições presidenciais de 2014. A chapa do Partido dos Trabalhadores,

comandada por Dilma Rousseff, tendo como vice-presidente Michel Temer, sai vitoriosa, mas com o grande desafio de enfrentar a crise e as oposições conservadoras, que não aceitam a derrota eleitoral e passam a atuar no sentido de desestabilizar o governo e, finalmente, de destituir a presidenta. O sistema financeiro, em composições com outros segmentos do capital, aposta na desestabilização da presidenta eleita em outubro de 2014, inclusive, com a estratégia de pressão pela nomeação de um diretor do Bradesco para o Ministério da Fazenda. Dilma Rousseff aceitou a chantagem explícita e trouxe Joaquim Levy para dentro de seu núcleo duro e iniciou a virada programática, tentando seguir a proposta do financismo para o enfrentamento da crise.

Assim, no seu segundo mandato, Dilma Rousseff assume uma perspectiva extremamente favorável ao rentismo, tentando materializar, inclusive, os mecanismos de ajuste fiscal propostos pela então oposição. Desse modo, delinea-se o quarto ciclo de ajuste, em meio à grave crise brasileira, por nós denominado “retomada da ortodoxia rentista, em um ajuste à direita”. Nesse segundo governo, a presidenta retoma a ortodoxia das políticas de ajuste, nos marcos da financeirização dependente e dos processos de acumulação por espoliação, encarnados no neoextrativismo. Efetiva-se, pois, a primazia dos interesses do rentismo, sem quaisquer limites, reafirmando uma “democracia de mercado”.

Em um cenário de acirramento da crise econômica e da crise política, com efetivo respaldo do Congresso Nacional¹¹ e do Poder Judiciário, o apoio incondicional da grande mídia, as elites conservadoras deflagram o processo de *impeachment* da presidenta, sem a devida base legal. Trata-se de um golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático, a desencadear a implementação intensiva de políticas neoliberais, com o desmonte de direitos e recuos das políticas sociais.

Tem-se em curso um *golpeachment* – neologismo formulado por Paulo Kliass (2017), com a imposição de uma nova configuração de

11 Levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) evidencia que, após as eleições de 2014, a composição do Congresso Nacional brasileiro torna-se uma das mais conservadoras, desde a redemocratização do país, no final da década de 1980. Cresceu o número de parlamentares ligados a segmentos conservadores, entre eles militares, policiais, religiosos e ruralistas. No jargão político, esse congresso político é denominado “B, B, B”, ou seja, Bala, Bíblia e Boi. De forma incontestável, a atuação desse congresso, nessa desastrosa gestão, tem comprometido conquistas decisivas da democracia brasileira.

Estado, de caráter conservador e autoritário, com um crescente fechamento democrático. É um Estado submetido aos interesses do financismo, nos marcos de uma exacerbação do neoliberalismo, com um amplo retrocesso no campo dos direitos sociais e trabalhistas, que remontam a um Brasil de 80 anos atrás, um Brasil pré-Vargas. De fato, o Golpe 16, com uma perversidade crescente, vem aprofundando uma política de espoliação de direitos, das riquezas nacionais, do fundo público, das políticas públicas, intensificando a superexploração da força de trabalho no Brasil.

Nos últimos anos da segunda década do século XXI – mais precisamente 2016, 2017, 2018 – vivemos um tempo de radicalização conservadora sob a égide do rentismo, que desmancha direitos, que dilui pactos e marcos regulatórios e que desmonta políticas públicas, produzindo um contexto de (des)proteção social, insegurança e imprevisibilidade que impõe a resistência como exigência histórica.

Adentrando nas tramas da cena brasileira, constatamos que o sentido profundo do Golpe 16, nos termos de Ruy Braga (2016), é “[...] assegurar que o aprofundamento da acumulação por espoliação balize o modelo de desenvolvimento brasileiro pelas próximas décadas”. Nesse sentido, a orientação norteadora do Golpe 16 é que o Estado garanta os lucros e os privilégios dos oligarcas financeiros e dos grupos rentistas no Brasil. Assim, o financismo enxergou em Michel Temer a opção mais confiável para implementar, de forma extremada, a agenda do “austericídio” (KLIASS, 2017), já estabelecida, previamente, no documento “Uma ponte para o futuro”, publicado em outubro de 2015, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse documento, estão contidos “os elementos fundamentais das propostas do sistema financeiro para a solução da crise econômica”, entre os quais destacam-se: abertura comercial voltada para os Estados Unidos; aprofundamento do rigor fiscal, por meio de cortes orçamentários; flexibilização das leis trabalhistas; privatização de empresas estatais etc. (KLIASS, 2017).

O governo de Michel Temer, instituído pelo golpe, assume, como diretriz norteadora, processos intensivos de neoliberalização, propugnando a falácia do ajuste fiscal e da austeridade, imposta como ideologia. Ajuste e austeridade passam a ser palavras de ordem do governo,

como justificativa de contrarreformas e da avalanche de medidas a desmontar direitos e conquistas (CARVALHO, 2016). O governo Temer, com a adesão de sua base aliada e o respaldo do Judiciário, passou a realizar mudanças na Constituição Federal de 1988, introduzindo, no interior mesmo do texto constitucional, a lógica da dominância do financismo, desmontando a lógica de afirmação de direitos como eixo articulador da chamada “Constituição Cidadã”. Nesse sentido, como avalia Paulo Kliass (2016), é emblemática a PEC 241/55, posteriormente transformada em emenda constitucional, que, para além do aumento da austeridade com os gastos em políticas públicas, carrega, como significado profundo, a introdução explícita do financismo na Constituição Federal brasileira, aprofundando a perspectiva consubstanciada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, propugnada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Logo, nos marcos autoritários do governo Michel Temer, o Brasil, de forma intensiva e acelerada, colocou-se em concordância com os processos de neoliberalização que avançam em todo o mundo, radicalizando as desigualdades sociais e penalizando as classes trabalhadoras, sobretudo os segmentos pauperizados. Pela via do Golpe 16, o país entra em sintonia com a onda de neoliberalização da sociedade, em escala global e nacional, com graves desdobramentos sociais e ambientais (BRAGA, 2016).

A rigor, o Golpe 16 e o governo Michel Temer deflagram um quinto ciclo de ajuste no país, por nós nomeado “Submissão radical ao financismo e desmonte de direitos, pela via do golpe”. É esse um ciclo em aberto, a surpreender, a cada dia, a sociedade brasileira, com suas composições espúrias, com processos inimagináveis da política de negócios, com desmonte da democracia e suas medidas regressivas de direitos, em total submissão ao rentismo.

Neoextrativismo: formação e características históricas gerais

A dependência da extração dos recursos naturais como vetor de crescimento econômico não é uma novidade na América Latina. Desde o período colonial, essa prática esteve presente na região (SCOTTO, 2011); ela é tão inerente aos processos econômicos do continente latino-ameri-

cano que Barton (2006) cunhou o termo “ecodependência” para descrevê-la. Segundo o autor, o conceito se refere às relações socioeconômicas ligadas às atividades de extração de recursos naturais para exportação.

A partir dos anos 1950, essa dependência foi questionada com mais ênfase, quando o modelo desenvolvimentista passou a orientar a dinâmica econômica na América Latina. Naquele momento, eram criticados os padrões de comércio, sendo salientados os termos de trocas desiguais. Como alternativa, era defendida a substituição da importação de produtos industriais básicos, por meio da constituição de infraestrutura produtiva e do estímulo à produção para atender ao mercado doméstico (SIKKINK, 1991).

Nos anos 1970, o modelo de substituição de importação entrou em crise e, nos anos 1980, o endividamento externo gerou grave crise financeira, derivando daí baixas taxas de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, pressões internas e externas, vinculadas ao neoliberalismo, foram minando as bases do modelo elaborado pelos estruturalistas¹².

A partir dos anos 1990, conforme descrito na seção anterior, houve no Brasil uma série de ações que inviabilizaram a continuação do modelo desenvolvimentista. Destacam-se, entre elas: o processo de rápida redução do tamanho do Estado, a entrada de transnacionais, a abertura comercial e a privatização de empresas públicas¹³. Dessa forma, o foco no mercado interno foi reduzido e retomou-se a preocupação com o “crescimento para fora”. Assim, a exportação voltou a ser vista como “nova” estratégia de desenvolvimento (BARTON, 2006). Este processo de inserção internacional, a reforçar as vantagens comparativas, foi marcado pela baixa competitividade dos

12 O pensamento estruturalista teve suas origens nos anos 1950, baseado em Raúl Prebisch e Celso Furtado. Esse pensamento tinha a noção de uma estrutura econômica internacional que se baseava na relação entre um centro econômico industrial hegemônico e uma periferia agrária e dependente. Segundo essa proposta, essa relação determinaria um processo de desenvolvimento original e desigual (MISSIO; OREIRO, 2015).

13 Essas mudanças, em termos gerais, estiveram fortemente vinculadas ao “Consenso de Washington”. Este consiste em um grupo de políticas propostas por órgãos multilaterais localizados em Washington, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Tais políticas atuam em diferentes níveis e incluem medidas de base neoliberal, tais como austeridade fiscal, disciplina orçamentária, abertura comercial e desregulação do mercado (NUNES, 2016).

produtos industrializados fabricados na região, o que levou o Brasil, assim como outros países da América Latina, a, novamente, se apoiar na exportação de recursos naturais (SCHAPER; VÉRÈZ, 2001), na condição de *commodities*, no âmbito do modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

Ao longo desse período, o comércio global foi adotando uma nova configuração, com a inserção dos países no mercado internacional, triangulada pela concentração de capital, trabalho e recursos naturais. Seguindo essa tipologia, Mello (2006) identificou, respectivamente, três possíveis “estratégias de desenvolvimento”: o modelo ocidental, dividido em suas variantes europeia e estadunidense; o modelo asiático, compreendendo países intensivos em serviços, a exemplo da Índia e de países intensivos em manufatura, como China e Vietnã; e o modelo centrado na extração e exportação de recursos naturais, caracterizado pela Rússia, Brasil e Austrália.

Seguindo um raciocínio semelhante, Puga (2007) propôs um agrupamento dos países, com base na participação de diferentes grupos de produtos em suas pautas exportadoras. Em seu estudo, o autor listou países intensivos em tecnologia, destacando EUA, centro e norte da Europa e alguns países do Sudeste Asiático; países intensivos em trabalho, compreendendo a maioria do Sudeste Asiático e o Leste Europeu; e aqueles países intensivos em recursos naturais, a exemplo de Brasil, Austrália, Canadá, Indonésia e Rússia.

A partir dos anos 2000, parte dos países sul-americanos passa por novas mudanças de rumo com a chegada ao poder de governos autoidentificados “progressistas”. Entre as lideranças regionais que participaram desse processo, podem ser listadas: Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003) e Evo Morales (Bolívia, 2005). Nesse novo contexto, ocorrem diferentes graus de ruptura com os paradigmas adotados no período anterior, com a manutenção de alguns aspectos da política neoliberal e a revisão de outros¹⁴.

14 Entre as alternativas neoliberais mantidas, podem ser listadas: a necessidade do crescimento econômico como condição para superação das desigualdades sociais e o foco no crescimento por meio do aumento do comércio internacional. O sistema ainda se

Esses governos pouco questionaram o papel das indústrias extrativistas na busca do crescimento econômico. Ao contrário, procuraram criar novos argumentos para justificar sua adoção, a exemplo do “interesse nacional” e do “interesse público” (ALBAVERA, 2004). Ao mesmo tempo, destacava-se a necessidade de explorar atividades extrativistas como “geradoras de riqueza”, considerando essa estratégia como importante elemento para o combate à pobreza.

A partir de tais mudanças, Gudynas (2009, 2012a) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação da natureza, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. Nesse modelo, o Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de pequena parte de renda gerada¹⁵, deveras inferior ao que este Estado proporciona aos processos de acumulação do capital, notadamente o capital rentista, em sua estreita articulação com o neoextrativismo, compondo o modelo rentista-neoextrativista.

A rigor, a denominação “neoextrativismo” advém de um detalhamento do extrativismo, conceito cunhado para definir um grupo de setores econômicos que movem um grande volume de recursos naturais para comercialização, sem nenhum ou quase nenhum processamento. Via de regra, esse conceito de extrativismo é utilizado para fazer referência a atividades desenvolvidas em enclaves e voltadas à exportação. Cabe esclarecer que, apesar de ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, o paradigma do extrativismo pode também ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012b).

caracteriza por manter e aprofundar programas de transferência condicionada de renda, ao invés de buscar construir serviços públicos universais. Em termos de adaptação e alteração, destaca-se a nova relação entre mercado e Estado. No período neoliberal, o Estado intervinha como coadjuvante, enquanto no período posterior – denominado por analistas como pós-neoliberal – assume a condição de parceiro do mercado, um Estado forte é visto como condição para um mercado forte (MILANEZ; SANTOS, 2015).

15 Em alguns países, o uso desses recursos é diretamente vinculado aos programas de redistribuição de renda, como no Bono Juancito Pinto, aplicado pela Bolívia. No caso do Brasil, porém, o vínculo direto com programas de transferência de renda não é facilmente identificável. Apesar disso, a dependência entre políticas sociais e os recursos naturais pode ser identificada, por exemplo, na Lei nº 12.858/2013, que destina parcela dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal às áreas de educação e saúde.

No Gráfico 1 é possível visualizar o aumento da participação de produtos intensivos em recursos naturais na composição do PIB brasileiro, o que decorre, principalmente, do processo de reprimarização da pauta de exportação do país (MILANEZ; SANTOS, 2015).

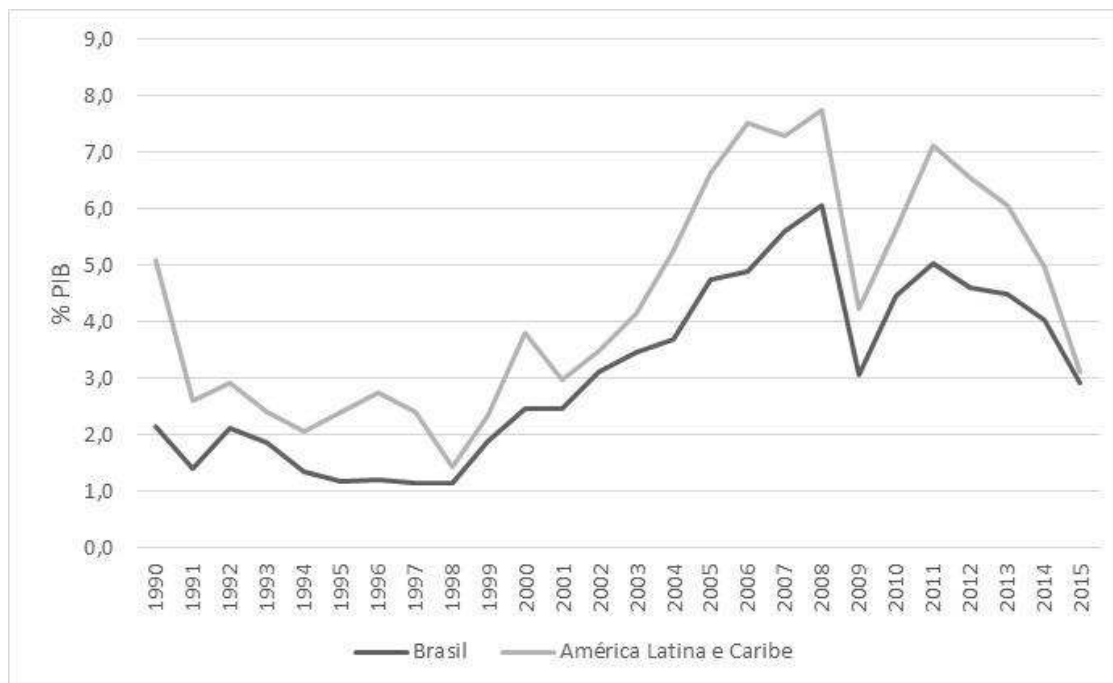


Gráfico 1 – Renda da extração dos recursos naturais¹⁶

Fonte: World Bank (2017a).

De fato, a partir do final da década de 1990, houve um grande crescimento da importância desses produtos na economia dos países latino-americanos, em geral, e do Brasil, em particular. Esse comportamento, em parte, deveu-se ao aumento de preços verificado, principalmente, a partir de 2003, conforme indicam os valores do Gráfico 1. Entretanto, dados físicos também apresentam elevações consideráveis da participação dos setores extrativistas na economia; por exemplo, entre 2000 e 2015, a extração de minério de ferro passou de 152 milhões de toneladas para 389 milhões de toneladas (155%), enquanto a extração de bauxita aumentou de 9,7 milhões de toneladas para 37 milhões de toneladas, revelando um extraordinário crescimento de 281% (BGS, 2017). No caso da agricultura, a produção de soja, que atingira 15,4 milhões de toneladas, eleva-se para 95,4 milhões de toneladas, com um

¹⁶ A renda dos recursos naturais consiste na soma das rendas do petróleo, gás natural, carvão, minério e florestas.

crescimento vertiginoso de 519%; já a produção de milho aumentou de 24 milhões de toneladas para 66,5 milhões de toneladas, ou seja, apresentou um aumento de 177% (CONAB, 2017).

Tais dados interpelam-nos a uma reflexão central: as repercussões dessa inflexão na pauta de exportação, ampliando a histórica dependência dos chamados países periféricos, no âmbito da divisão internacional do trabalho. Tal dependência, associada aos processos de acumulação rentista, gesta o que Leda Paulani (2012) designa “dependência redobrada”, ao referir-se à contemporaneidade brasileira.

O neoextrativismo, entretanto, tem gerado diferentes tensões do ponto de vista ambiental, social e mesmo econômico. As indústrias extrativistas são, por definição, intensivas em recursos naturais, causando impactos negativos relevantes nos territórios onde se localizam. Essas características, ao contrário de serem mitigadas, chegam a ser acentuadas no contexto neoextrativista (GUDYNAS, 2012b).

Adentrando na análise do neoextrativismo, cabe ressaltar que tais atividades deflagram mudanças significativas nos territórios. Nas áreas rurais, tendem a causar conflitos fundiários, contaminação hídrica e esgotamento dos recursos naturais. Nesses contextos, os referidos projetos fundados no neoextrativismo provocam fragmentação territorial, deslocando comunidades locais e inviabilizando formas tradicionais de reprodução. No caso específico da produção agrícola, voltada para exportação, ainda produzem sérios problemas de saúde, tanto nos trabalhadores envolvidos diretamente em atividades extrativistas, como na população das áreas das regiões produtoras e na população do território, de modo geral, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos (RIGOTTO, 2011).

Problemas dessa natureza são, muitas vezes, ignorados pelo poder público. Via de regra, os governos alinhados com o modelo neoextrativista desconsideram demandas não mercadológicas, a exemplo daquelas baseadas em valores ambientais, culturais ou religiosos. Ao contrário, quando são feitas reivindicações vinculadas a necessidades dessa natureza, os debates incorrem em uma visão gerencial e financeira, limitando-se ao valor das compensações econômicas e à definição de grupos passíveis de receber compensações (GUDYNAS, 2012a).

De fato, vêm sendo implantados dispositivos que permitem às indústrias extrativas coloniais realizarem atividades apropriando-se de recurso natural do meio ambiente, submetendo-o minimamente a processamento, ou simplesmente vendendo-o *in natura* a indústrias de beneficiamento mineral, energético, madeireiro, entre outras (BEBBINGTON, 2009; MISOCZKY; BÖHM, 2013). Tais indústrias têm promovido o “extrativismo predatório”, nos mesmos moldes dos idos tempos coloniais, praticando extração intensiva e em longa escala, localizada em enclaves, controlado por empresas transnacionais, com o apoio dos governos nacionais, em um processo de subalternização de Estados nacionais, num processo designado neocolonialista (MISOCZKY; BÖHM, 2013). Assim, na América Latina, desenvolvem-se novas formas de

[...] organização reprodutiva que reordenam, sob novas condições, os velhos sinais da dependência e do subdesenvolvimento que tendem a andar na contramão das necessidades da maioria da população” (2013, p. 313),

que, indispensável dizer, resultam em sérios impactos sociais e ambientais.

Mesmo as áreas urbanas podem ser impactadas negativamente. De fato, grandes projetos extrativistas, particularmente ligados à mineração ou à infraestrutura logística, implantada para garantir a exportação dos recursos extraídos, podem levar a ondas migratórias que ocasionam inchaço urbano, favelização, aumento da violência, prostituição e sobredemanda dos serviços públicos de saúde, saneamento e segurança, que não são devidamente assegurados pelo Estado, agravando, assim, a questão social, no âmbito da crise urbana. Nesse sentido, as comunidades locais tendem a arcar com a maioria dos impactos negativos, enquanto grande parte dos benefícios é concentrada pelas empresas ou pelos governos nacionais (DAVIS; TILTON, 2005).

É necessário enfatizar que, mesmo do ponto de vista econômico, o modelo neoextrativista não tem conseguido gerar os resultados esperados, como foi visto recentemente. Com efeito, ao longo dos anos 2000, o mercado global experimenta um período de *boom* (2003-2011) e pós-*boom* (a partir de 2012) das *commodities*, com destaque para os bens minerais, repercutindo na variação dos preços dos minérios e alte-

rando, assim, o comportamento das empresas, do governo e da sociedade, no Brasil.

Esses processos de expansão e retração, próprios da economia dos recursos naturais, tendem a se tornar mais frequentes e extremos, em contextos de forte especulação financeira sobre as *commodities*, no mercado de capitais. No caso dos bens minerais, a elevação dos preços tem a ver ainda com a expansão do mercado chinês, responsável pelo abastecimento interno e pelo aprovisionamento dos países emergentes. Assim, até 2011, o setor da mineração se comporta como se o crescimento da demanda e dos preços fosse permanecer em progressão geométrica e como se novos investimentos e aquisições fossem continuar e não houvesse, pois, limites para a expansão da fronteira mineral. A partir de 2012, em um cenário de agravamento da crise econômica global, que atinge, em especial, a Europa, e ainda com a desaceleração do crescimento da economia na China, os preços das *commodities* minerais entram em decréscimo. Atrelado a isso, o componente especulativo, decorrente do mercado financeiro e expresso em negociações no mercado futuro, contribui para uma depreciação dos preços rápida e de forma acentuada (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016). Todo esse cenário de expansão e de retração na economia mineral tem repercussões diretas na economia brasileira, subordinada ao modelo rentista-neoextrativista.

Nesse sentido, diferentes estudos têm buscado avaliar o grau de dependência dos países em relação aos recursos naturais, em geral, e aos produtos minerais, em particular, considerando as taxas de crescimento econômico. Análises de longo prazo identificaram que muitas das economias dependentes de tais bens têm apresentado baixo crescimento (SACHS; WARNER, 1997; DAVIS; TILTON, 2005). Como forma de explicar esse fenômeno, autores têm se referido à “maldição dos recursos naturais”. Tal perspectiva defende que a abundância de recursos naturais na pauta exportadora geraria uma série de distorções econômicas e políticas que acabam por reduzir a contribuição das atividades extrativas para a economia (BEBBINGTON *et al.*, 2008).

Entretanto, análises mais recentes sugerem que o neoextrativismo não deve ser considerado como uma dimensão de crescimento econômico desconectada do rentismo. Ao contrário, um processo crescente de financeirização do setor das *commodities* tem aumentado sua relação

com o mercado financeiro. Mais do que isso, há indícios de que para algumas *commodities* o comportamento dos preços e, conseqüentemente, da renda extrativa está se tornando mais vinculado às bolsas de ações e do mercado de futuro do que à economia real (RIGOTTO, 2011; MILANEZ, 2017).

O MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA: EXPLICITANDO OS VÍNCULOS ORGÂNICOS

Este modelo de ajuste, a viabilizar, em tempos contemporâneos, a inserção dependente de países da América Latina, particularmente o Brasil, ao capitalismo mundializado, funda-se em uma articulação essencial e decisiva entre financeirização dependente e extrativismo espoliador e expropriador, a atender às demandas e às exigências de composições orgânicas do capital. Assim, definimos, como estratégia expositiva, à semelhança de um artesão, “tecer os fios, de diferentes cores e matizes”, na construção do modelo rentista-neoextrativismo.

A intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro

Historicamente, configura-se uma relação entre o setor de *commodities* e o mercado financeiro, a assumir dimensões peculiares, em tempos contemporâneos.

Hoje, tal relação tem sido estabelecida principalmente por produtores de *commodities* agrícolas (mas não somente), via mercado de futuro de *commodities*, que se apresenta como uma forma de reduzir riscos, associados a atividades econômicas de longos ciclos de produção. Esses riscos estariam associados a elementos que reduzem a produtividade ou elevam os custos, a exemplo de estiagens, de inundações ou de pragas. Assim, tem-se uma diferença entre fundos de cobertura (*hedging funds*) e fundos especulativos, uma vez que os primeiros se destinam a reduzir riscos associados a determinado negócio existente na economia real, enquanto os segundos teriam como único objetivo buscar capturar renda, a partir da variação dos preços (CHENG; XIONG, 2014).

Ao longo dos anos 1980, os principais Acordos Internacionais de Commodities (AIC)¹⁷ foram encerrados. Com isso, muitos desses

17 Os Acordos Internacionais de Commodities foram acordos elaborados pelos países produtores de *commodities*, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas,

produtos passaram a apresentar considerável volatilidade, criando novas oportunidades de ganhos financeiros acima da média, particularmente por meio do mercado de derivativos¹⁸. Esse crescimento estimulou a entrada de especuladores, como bancos de investimentos e Consultores Financeiros em Commodities (Commodity Trading Advisors – CTAs), ampliando a relação entre os mercados derivativos e o setor das *commodities* (NISSANKE, 2012).

Especuladores passam, então, a utilizar diferentes instrumentos para se conectar ao mercado de *commodities*. Até então, o mais simples, e mais comum, era a compra de estoques físicos. Porém, com a opção dos derivativos, os especuladores realizam, doravante, negociações no mercado de balcão (*over the counter*), com bancos, ou compram opções futuras em mercados de *commodities*, como o London Metal Exchange e o The New York Commodity Exchange (TILTON; HUMPHREYS; RADETZKI, 2011).

Os fundos de índice de *commodities* (Commodity Index Funds – CIFs) destacam-se como uma modalidade que ganha considerável importância. São instrumentos de especulação sobre a movimentação do preço futuro das *commodities* (NISSANKE, 2012). O Goldman Sachs Commodity Index e o Dow Jones AIG Commodity Index figuram como dois principais CIFs no mundo, atuando no sentido de tornar o mercado de *commodities* disponível a diferentes agentes financeiros que desejam ampliar seus portfólios de investimentos a longo prazo, a exemplo dos fundos de pensão e das companhias de seguro (COONEY *et al.*, 2008).

Assim, à medida que um maior número de agentes especuladores¹⁹

para tentar controlar a oscilação desses produtos no mercado internacional, principalmente por meio de estoques reguladores. Esses acordos referiam-se a produtos como açúcar, café, cacau, borracha e estanho (SWARAY, 2007).

18 Derivativos são contratos que possuem como referência ativos, tais como moedas, mercadorias, *commodities*, entre outros. Eles podem ser de diferente natureza, como contratos a termo e opções de compra, podem ainda ser negociados no mercado à vista ou mercado futuro (BM&F BOVESPA, 2014).

19 O termo “especulador” normalmente refere-se aos “investidores” que não têm interesse específico nas *commodities* físicas. Eles buscam apenas ativos de papel que lhes permitam obter lucros elevados com sua troca no “momento correto”, ou mesmo investidores que buscam reduzir o risco de seus investimentos (muitas vezes a longo prazo), por meio da diversificação de ativos (TILTON; HUMPHREYS; RADETZKI, 2011). De forma geral, a UNCTAD (2009) sugere a divisão desses especuladores em

passa a interagir com o mercado de *commodities*, as pressões sobre preços ocorrem de formas diversas e, nem sempre, convergentes. Tal processo torna o entendimento das tendências de preços mais complexo. Para Nissanke (2012) existe uma grande heterogeneidade de influências por trás das decisões de compra e venda. Desse modo, os preços futuros das *commodities* são definidos a partir de vários aspectos não necessariamente relacionados com os fundamentos do mercado. Então, quanto mais intensa a participação dos especuladores, maior a chance de os preços não transmitirem a real situação da economia física.

Levando em conta essa evolução histórica, há fundamentos para se depreender que existe um processo crescente de influência do mercado financeiro sobre o setor das *commodities*. Em sua análise, Radetzki (2006) identifica três grandes *booms* das *commodities*, após a Segunda Guerra Mundial. O primeiro teria ocorrido nos anos 1950 e estaria relacionado à guerra da Coreia e à insegurança de abastecimento de materiais industriais por ela gerada. O segundo *boom*, com início nos anos 1970, decorre não somente do choque do petróleo, mas também dos dois anos de fracas colheitas, bem como do colapso na produção pesqueira do Peru. O terceiro *boom* começa nos anos 2000, particularmente com a ascensão do mercado asiático. O Gráfico 2 ilustra o comportamento dos preços de diferentes grupos de *commodities* entre 1960 e 2016. Cabe ressaltar que os *booms* não ocorreram na mesma intensidade para todos os grupos. Nesse sentido, se o segundo *boom* atingiu, especialmente, a energia e os alimentos, o terceiro *boom* impactou, de forma mais significativa, os metais e a energia.

três grandes grupos. Um primeiro grupo seria formado pelos especuladores informados, agentes que conhecem o setor e tomam decisões a partir da conjuntura do mercado. Além desses, existiriam os especuladores de ruído, que incluem os grandes bancos de investimento e os fundos de investimento que especulam de forma agregada nas *commodities* e podem tomar decisões em relação a determinado grupo de *commodities* (por exemplo, metálicas), devido a mudanças em outro grupo. Por fim, os especuladores desinformados seriam aqueles que baseiam suas decisões “técnicas” em modelos computacionais e análises estatísticas do comportamento passado dos preços das *commodities*.

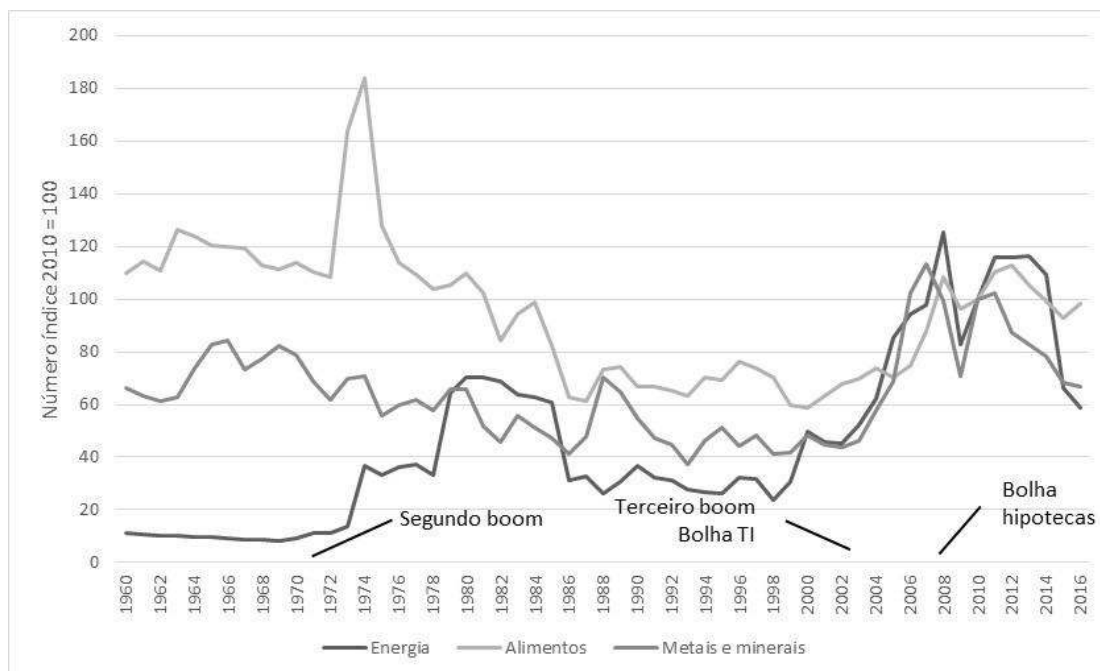


Gráfico 2 – Variação no índice de preços das *commodities*

Nota: Energia: carvão, petróleo e gás natural; alimentos: cereais, óleos vegetais e farelos, carne, banana, laranja e açúcar; metais e minerais: alumínio, cobre, ferro, chumbo, níquel, estanho e zinco.

Fonte: World Bank (2017b).

Ainda de acordo com Radetzki (2006), o papel do mercado financeiro teria variado ao longo do tempo. No primeiro *boom*, a autora defende ter havido um impacto muito pequeno do mercado especulativo, por conta das poucas ferramentas especulativas disponíveis. Já no segundo *boom*, teria havido uma maior influência do mercado financeiro, uma vez que uma inflação crescente e um baixo desempenho do mercado de ações haviam levado especuladores a buscar novos investimentos, a exemplo de propriedades e *commodities*. Com relação ao terceiro *boom*, ela entende que teria havido maior influência do capital especulativo do que nos casos anteriores.

Especificamente com relação ao terceiro *boom*, no âmbito da acumulação do capital com dominância financeira, existe ainda a hipótese do excesso de liquidez no mercado financeiro como um elemento im-

portante. Humphreys (2010) ressalta o colapso da bolha de tecnologia da informação (bolha TI), em 2003, e do mercado hipotecário dos EUA, em 2008. Em ambos os casos, parte dos recursos desses mercados teria sido transferida para o mercado futuro de *commodities*. O terceiro *boom* mostrou-se, em termos gerais, bem mais intenso do que os anteriores, o que esteve associado, principalmente, a dois fatores. Por um lado, ao longo dos anos 2000, houve um aumento considerável da quantidade de recursos mobilizados pelo mercado financeiro²⁰. Por outro lado, a rápida inserção chinesa no mercado internacional²¹ causou uma considerável elevação de demanda, gerando uma expectativa de expansão da economia global muito acima daquela experimentada em outros períodos.

Assim, de modo crescente, o mercado financeiro e as motivações rentistas vêm influenciando o comportamento das *commodities* e deixando países como o Brasil duplamente reféns do sistema financeiro. Eis uma encarnação da dependência redobrada²² que atinge o Brasil contemporâneo, em sua inserção na economia global, nos termos de Leda Paulani (2012).

20 Por exemplo, de acordo com o World Bank (2017a), a partir de 1995, houve uma rápida escalada do valor total das ações negociadas nos mercados financeiros, que teriam passado de 34% do PIB mundial para 162% em 2007 (ano de maior participação). Após uma considerável queda associada à bolha das hipotecas, em 2008, essa mobilização teria voltado a crescer, depois de 2012, e alcançado o patamar de 166% do PIB mundial, em 2015.

21 Como exemplo, pode ser citada a elevação das importações de produtos básicos pela China. Entre 2001 e 2013, a importação de minério de ferro passa de 92,3 milhões de toneladas (18,4% do total global) para 819,1 milhões de toneladas (64,8% do total global); para o cobre, esse aumento foi de 2,3 milhões de toneladas (17,1% do total global) para 10,1 milhões de toneladas (36,9% do total global); no caso da soja, as importações passaram de 13,9 milhões de toneladas (24,1% do total global) para 63,4 milhões de toneladas (60,1% do total global) (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2017).

22 A proposta de dependência redobrada está associada às estratégias de inserção internacionais adotadas pelo Brasil nos anos recentes. Por um lado, o país teria se tornado em uma “plataforma internacional de valorização financeira”, decorrente de suas elevadas taxas de juros e do processo de apreciação cambial. Por outro lado, o Brasil teria passado por um processo de redução da participação dos produtos industrializados em sua pauta exportadora, agindo como fornecedor de *commodities* minerais e agrícolas demandas pelo mercado internacional (PAULANI, 2012).

O Brasil e o mercado global das *commodities*: um elemento decisivo na configuração do modelo brasileiro de ajuste

No processo de inserção regressiva²³ da pauta exportadora brasileira, verificou-se, também, uma redução da diversificação e uma crescente dependência de nossa balança comercial com relação a alguns poucos produtos. Considerando o período entre 2000 e 2016, os quatro setores (complexo soja, minério de ferro, petróleo e carne) foram responsáveis por 37% do valor total das exportações brasileiras (MDIC, 2017). Essa concentração em poucos produtos reforça a dependência redobrada (PAULANI, 2012) brasileira nos circuitos mundiais do capital. Devido à sua importância nas exportações, apresentamos, em mais detalhes, nesta seção, o comportamento dos setores de soja e do minério de ferro, buscando entender seus vínculos com o mercado financeiro.

Ao analisar o comportamento dos preços dos dois produtos, no Gráfico 3, podemos identificar tanto semelhanças quanto diferenças. De forma geral, tanto as *commodities* agrícolas quanto as minerais passaram por um período de *boom*, iniciado em 2003/2004 e encerrado em 2011 e 2012. Os minérios passaram por uma valorização e desvalorização mais acentuada do que as *commodities* agrícolas; e o ferro mostrou uma variação ainda mais intensa do que a média dos minérios e metais. As *commodities* agrícolas, e a soja em particular, foram menos impactadas pela crise de 2008 do que os minérios e metais e, aparentemente, tiveram uma queda de preço menos acentuada, quando comparada com valores de referência dos anos 1990. Uma análise mais detalhada, porém, é necessária para melhor compreender o vínculo dos preços desses bens com o mercado financeiro.

23 O termo inserção regressiva reporta-se à modalidade de inserção do país no mercado global, pautada na ampliação da exportação de bens primários, com baixo valor agregado e com a redução considerável de exportação de bens industrializados.

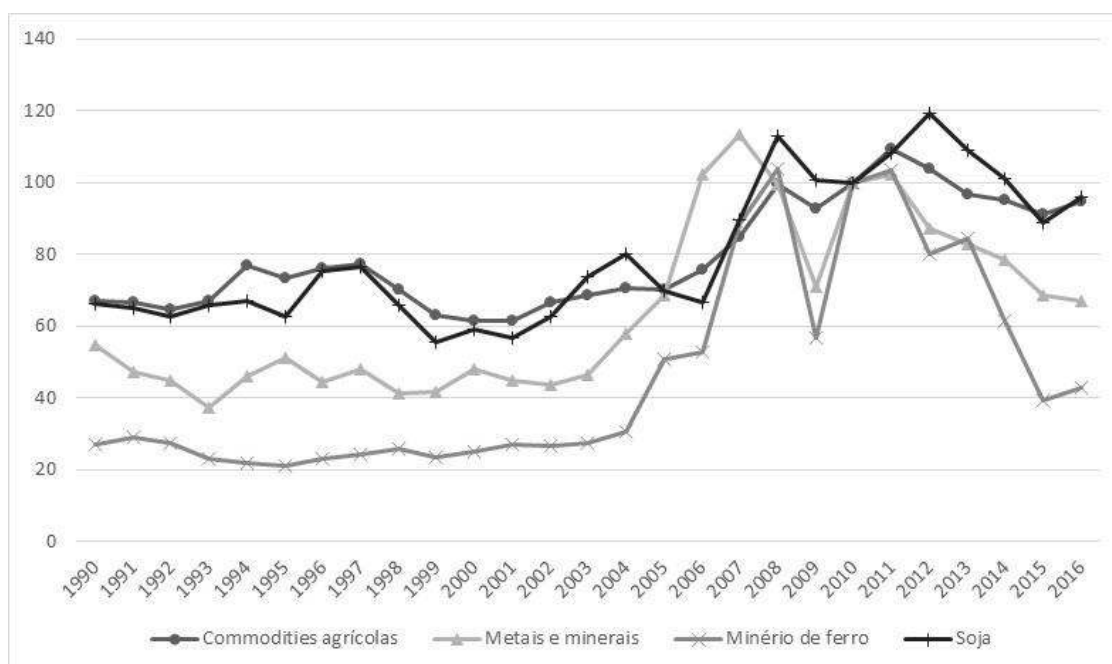


Gráfico 3 – Variação no índice de preços das *commodities*

Fonte: World Bank (2017b).

Senão vejamos! A expansão da soja no Brasil está intimamente ligada à demanda crescente de ração animal para viabilizar o aumento do consumo global de carne (SCHLESINGER; NORONHA, 2006). A soja surgiu como uma “solução” para o modelo de produção intensiva de animais, após recorrentes crises ecológicas e sanitárias desse setor. Apesar da produção de soja no Brasil ter se iniciado nos anos 1940, ela passa a ter uma maior relevância somente a partir dos anos 1970, quando o esgotamento das reservas de pescado no Peru inviabiliza o uso de farinha de peixe para produção de ração animal. Naquele período, a produção de soja ainda se concentrava principalmente no sul do país (GOLDFARB, 2015).

Em um primeiro momento, a despeito do aumento no consumo de soja, o principal substituto para a produção de ração foi a farinha de sangue e osso, produzida a partir de resíduos do próprio setor de abate. Entretanto, o surto de encefalopatia espongiforme transmissível (doença da vaca louca), nos anos 1990, na Europa, levou à proibição desse produto, aumentando significativamente a demanda por soja para a produção de ração (CAMPOS, 2011). De modo geral, 80% da produção de soja do mundo está associada ao abastecimento do setor de alimentação animal (SCHLESINGER; NORONHA, 2006). No Bra-

sil, na safra 2015/2016, foram produzidas 95,4 milhões de toneladas de soja, das quais 54% foram exportados na forma de grãos. Paralelamente, a produção de farelo no país tem forte vínculo com o mercado global; no mesmo ano, 45,5% do total de farelo produzido foi vendido para outros países (APROSOJA BRASIL, 2017).

Goldfarb (2015) identifica um movimento de crescente importância do capital financeiro no comportamento do setor sojicultor. Nesse sentido, Oliveira (2009) analisa a evolução de três componentes principais no mercado de produtos agrícolas. Primeiramente, os produtos agrícolas passaram a ser produzidos para o mercado global, ou seja, sua produção não é orientada para as necessidades de determinado país, mas, sim, para o mercado global. Assim, o consumo acontece em qualquer parte do mundo, por aqueles que pagarem os preços mais elevados. Em segundo lugar, o autor ressalta o papel das bolsas de mercadorias e futuros, como lócus de comercialização dessas mercadorias e, ainda, como principal centro de decisão sobre “o que plantar, onde plantar e como plantar”. Esse processo reduz significativamente a autonomia nacional sobre a gestão da produção agrícola. Por fim, Goldfarb (2015) destaca ainda a crescente oligopolização das transações, com poucas empresas transnacionais (ex. ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreyfus) atuando como responsáveis pela maior parte da circulação de grãos no mundo.

De acordo com os dados apresentados pelo USDA (2017), entre 1990 e 1997, tanto o mercado quanto o preço apresentaram certa estabilidade, variando dentro de um determinado patamar. Entretanto, a partir de 1997, houve uma queda significativa no valor da soja (-28%, em dois anos), apesar de não se verificar qualquer variação significativa na relação entre oferta e demanda. A partir de 2001, iniciou-se o período de *boom* da soja e o preço da tonelada passa de US\$ 255 para US\$ 508, em 2008, com um aumento de 99%. Nesse período, a relação entre oferta e demanda manteve-se ainda estável, com exceção de uma pequena retração na oferta, nos anos de 2007 e 2008. Entre 2009 e 2012, houve uma maior volatilidade dos preços e da relação entre oferta e demanda. Finalmente, entre 2012 e 2015, a oferta expandiu 17% e a demanda 19%; apesar disso, no mesmo período, os preços foram reduzidos em 25%. Portanto, na economia real, a lei da oferta e da demanda

não se impõe como determinante maior na definição dos preços, no atual tempo histórico do capital.

Esse aumento do vínculo com o setor financeiro também se aplica ao comércio internacional de bens minerais. No Brasil, o minério de ferro também possui uma intrínseca relação com a inserção comercial do país no mercado global. De fato, o início da exploração de minério de ferro em larga escala, nos anos 1940, no Quadrilátero Ferrífero²⁴, somente foi possível pela necessidade da Inglaterra de minério de ferro. A partir de um esforço concentrado de construção de infraestrutura e expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), nos anos 1960, o Brasil já era responsável por 7% das exportações globais de minério de ferro. Essa participação aumentou para 25%, nos anos 1980, e se estabilizou em torno de 30%, depois dos anos 1990, consolidando o país como segundo maior exportador de minério de ferro do mundo, abaixo da Austrália (TRINER, 2011; INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2017).

Assim como no caso da soja, o comportamento dos preços do minério de ferro no mercado internacional não pode ser exclusivamente explicado pela relação entre oferta e demanda. Entre 1990 e 1996, existia ainda um certo equilíbrio na relação entre oferta e demanda; ao longo desses anos, foram observadas taxas anuais de expansão e retração dos dois setores, normalmente variando em valores de até 5%, a sugerir pequenos ajustes entre oferta e demanda. Entre 1997 e 2003, ainda existiu uma preponderância da produção de aço, não acompanhada pela extração mineral. Tal processo pode ser associado ao aumento da demanda da China por minério, uma vez que a produção chinesa de aço passou de 13% para 30% do total global (BMWFW, 2017; WSA, 2017).

Em 2004, esse vínculo entre oferta, demanda e preços deixa de existir e a expansão média da extração mineral supera a demanda global em diversos anos. Embora a produção de aço crescesse a taxas inferiores àquelas da extração de ferro, os preços do minério valorizaram

24 O Quadrilátero Ferrífero consiste em uma área de cerca de 7.000 km² localizada no centro-sul de Minas Gerais, dividindo as bacias hidrográficas do Rio São Francisco, Rio das Velhas e Rio Doce (CARVALHO FILHO; CURI; SHINZATO, 2011). Essa região inclui os principais municípios produtores de minério de ferro do estado, incluindo Mariana, Congonhas, Ouro Preto e Itabira.

aproximadamente 280%, até 2011. Depois de 2011, parece ter havido certo ajuste entre oferta e demanda. A expansão e a retração da extração mineral e da produção de aço voltaram a se alternar e a proporção entre oferta e demanda retornou a patamares próximos aos anos 1990. Mesmo assim, os preços despencaram, provavelmente respondendo ao excesso de oferta e a uma redução da expectativa de lucro, vinculada à venda de ferro (BMFWF, 2017; WSA, 2017).

Assim, a análise comparativa do comportamento da oferta, demanda e preço, tanto no caso da soja quanto naquele do minério de ferro, no mercado global, não corrobora o argumento de que o *boom* e o *pós-boom* do preço dessas *commodities* estiveram exclusivamente associados a variações nos fundamentos do mercado. Também, diferente do defendido por Radetzki (2006) para os outros *booms* das *commodities*, o aumento de preço não pode ser associado a um choque de demanda para a ascensão, em 2003, quando se iniciou a supervalorização. Na ausência desse nexos causal, esses dois exemplos reforçam a hipótese do vínculo entre a especulação financeira sobre preços futuros e o comportamento desses setores. Assim, países, como o Brasil, que se apoiam de forma crescente na exportação de bens naturais passam a depender, indiretamente, dos mercados financeiros para garantir resultados positivos em suas balanças comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE ESTÁ EM JOGO NO CENÁRIO DA CRISE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA?

A crise contemporânea brasileira está intimamente vinculada à crise do modelo de ajuste, implementado ao longo da história recente do país: modelo rentista-neoextrativista. Para entender a crise do modelo de ajuste, faz-se necessário adentrar nas filigranas do esgotamento do padrão de acumulação adotado no Brasil, nas últimas décadas, fundado na financeirização dependente e no neoextrativismo. Emerge, então, uma questão central: afinal, o que se esgotou? Do ponto de vista da economia política brasileira, o que significou o *golpeachment* como via de fechamento de um ciclo de ajuste?

De fato, a crise revela o esgotamento do modelo rentista-neoextrativista, na perspectiva assumida pelos governos petistas, de um pacto

conciliatório de classes que, concretamente, materializou-se, por um lado, no apoio irrestrito aos interesses do capital, em suas composições orgânicas, notadamente o capital rentista com o capital neoextrativista, e, por outro lado, na inserção pontual dos segmentos populares via políticas de enfrentamento à pobreza, alterando o próprio tecido social brasileiro, com a ascensão de segmentos dos setores populares pela via do consumo. Esse é o chamado modelo de ajuste petista em que “todos ganham”, claro, ganham de forma extremamente desigual, mas “todos ganham” (CARVALHO, 2017).

Em um contexto internacional desfavorável e em um cenário de crise no Brasil, esse modelo esgota-se, fechando um ciclo de ajuste. E, para manter seus lucros nos processos de acumulação e valorização do capital, em tempos de crises, as elites burguesas articulam, dentro e fora do parlamento, uma ruptura do pacto conciliatório de classes, empreendendo um golpe de Estado, com uma pesada investida contra os trabalhadores e setores populares. É preciso atentar e demarcar que são as elites do capital que rompem o pacto para fazer valer seus interesses, permitindo-lhes manter e expandir as taxas de lucro e de acumulação. Em verdade, são as elites que efetivam a ruptura do pacto e não as esquerdas!

Assim, em meio à crise do modelo de ajuste e à ruptura do Pacto de Conciliação de Classes, tem-se uma confluência de crise econômica e de crise política, criando as condições para o *golpeachment*, na formulação de Paulo Kliass (2016).

Destacamos dois elementos decisivos na configuração da crise política contemporânea do Brasil, indispensáveis ao seu entendimento, em sua complexidade, hoje caracterizada como crise sistêmica:

– **a captura da democracia pelo poderio econômico**, pelas forças do capital. Com efeito, as grandes empresas, os representantes do rentismo passaram a controlar a democracia, difundindo mecanismos de corrupção, provocando um descrédito não somente na política, mas no campo político. Trata-se de um efetivo controle social do Estado pelo mercado, fragilizando a democracia, capturada pelos interesses do capital.

– **a crise na relação fundante Estado-sociedade**, expressa no distanciamento entre Estado e sociedade civil, em suas expressões contemporâneas. Esse distanciamento bem se materializa nas “Rebeliões de

2013”, as quais revelam múltiplas inconformidades, oposições e resistências ante políticas e posicionamentos estatais, sem a devida consideração e resposta do Estado. Logo, essa crise na relação Estado-sociedade já começa nos governos petistas e, hoje, acentua-se, de forma exacerbada, no governo dos golpistas usurpadores que, até aqui, é o governo Temer, mas pode ser qualquer outro, desde que se comprometa com a agenda neoliberal do ajuste fiscal.

Com efeito, em meio à crise do modelo de ajuste na versão petista e a crise política sistêmica, em suas múltiplas expressões no contexto democrático, é que o golpe é processualmente construído, irrompendo com o *impeachment* e o assumir do governo pelos setores golpistas, consubstanciado no governo Temer. Sinaliza Cândido Grzybowski (2017), em instigante análise sobre “os limites da democracia brasileira”, que, de certo modo, o golpe é o desfecho de uma democracia que vinha perdendo intensidade ou, de outro modo, que não havia conseguido superar a suas contradições de origem.

Naomi Klein (2016), em suas formulações da “Doutrina do Choque”, abre preciosas pistas para o entendimento do *golpeachment* no cenário brasileiro. Sustenta a autora que as ideias neoliberais se aproveitam de momentos de crise para avançar e se radicalizar. De fato, em meio à grave crise, a atravessar a vida brasileira, as elites não mais se satisfizeram com o chamado “social liberalismo petista”, efetivando um golpe para impor o neoliberalismo mais violento e brutal.

Um elemento-chave em termos de política macroeconômica em tempos de golpe merece destaque: o governo ilegítimo de Michel Temer, em sua “Política de Austeridade” – em verdade, austericídio –, mantém o modelo rentista-neoextrativista, agora, em uma nova versão, fundada na intensificação de políticas neoliberais, com processos de desmonte de direitos, de desmanche de políticas públicas, notadamente a seguridade social, atingindo fortemente a classe trabalhadora. De fato, o governo Temer mantém o modelo de ajuste rentista-neoextrativista, com um intensivo processo de precarização das classes trabalhadoras e um pesado ônus sobre os pobres, com rebatimentos na sociedade brasileira. No jargão político, “Saiu a conciliação e entrou a exploração” (CARVALHO, 2017).

Para tanto, o governo Temer conta com a adesão em bloco de sua “base aliada” – que começa a apresentar fissuras nos últimos tempos – e o respaldo do Judiciário, na realização de mudanças de amplo espectro na Constituição Federal de 1988, tais como: congelamento dos gastos públicos por vinte anos, aprovado em 13 de dezembro de 2016; reforma da legislação trabalhista, aprovada em 13 de julho de 2017; e PEC 287/2016, relativa à reforma da Previdência, em tramitação. Desse modo, é incontestável o laço estreito entre os golpistas e o financismo. Tal desmonte constitucional já avançou perigosamente e, talvez, já destruiu o essencial em termos de uma democracia que mereça este nome.

Como avalia Cândido Grzybowski, no *Le Monde Diplomatique Brasil* de julho de 2017, “Com o golpe da cleptocracia e a tal ‘agenda de reformas’, o impasse entre direitos e mercado está sendo de algum modo resolvido, mudando a Constituição para bem pior. Ou seja, estamos em um momento onde está sendo mandado às favas aquele pacto democrático capenga que, bem ou mal, nos dava alegrias cidadãs”. Em verdade, o desmonte do pacto democrático como salvaguarda de direitos incide diretamente no desmanche da Seguridade Pública. De fato, nesses tempos de golpe e (des)governo de Temer, o impasse entre direitos e mercados vem se resolvendo da pior forma para a cidadania, uma vez que a saída construída consiste na afirmação do mercado e no desmonte de direitos. A Seguridade Privada é apresentada como alternativa para o desfrute de quem pode por ela pagar. Nesse cenário, analisar a “cartografia do desmonte da seguridade social no Brasil do presente” apresenta-se como grande e importante desafio, no sentido, inclusive, de fornecer elementos para os movimentos de resistência.

Assim, o Golpe de Estado de 2016 resulta em pesado ônus para a sociedade brasileira: aumento de lucros do financismo, do capital financeiro com a intensificação da precarização do trabalho e explosão da pobreza.

Em verdade, merece especial destaque a pesada arquitetura do Golpe de 2016. Essa arquitetura, com permanentes desdobramentos, materializa um projeto das classes burguesas, das elites de acirramento do neoliberalismo como saída para a crise e retomada do crescimento. Nessa perversa arquitetura do Golpe 16 evidenciam-se “golpes dentro do golpe”, ou seja, estamos diante de golpes consecutivos, em ritmo

vertiginoso. Os golpistas têm pressa em aprovar medidas e os chamados mecanismos de ajuste fiscal para efetivar o processo contínuo do golpe de Estado. É a pesada ofensiva das elites, das forças de direita, no sentido de colocar o Brasil em perfeita coadunância com a onda de acirramento contemporâneo do neoliberalismo, a atingir o mundo, no contexto de uma civilização do capital em crise. E assim, o Brasil mergulha no “tsunami neoliberal global”, pela via de um golpe de Estado, com permanentes desdobramentos.

Nesse cenário, a Operação Lava-Jato, transmutada no centro da vida política brasileira, figura como marco decisivo nas tessituras do golpe. De fato, a “Lava-Jato” e, sobretudo, a percepção criada na sociedade sobre ela foram muito importantes para a deflagração do golpe do *impeachment*.

Nas engrenagens das tessituras golpistas é fundamental, ainda, entender o papel da grande mídia, negócio privado e monopolista. Com efeito, mostrou-se e mostra-se, como decisivo na arquitetura do golpe, a atuação da mídia oficial – TVs e jornais – e, particularmente, da Rede Globo, a desenvolver o que Leda Paulani denominou de “Terrorismo Midiático”, no sentido de legitimar ideologicamente o Golpe 16, difundindo o pensamento golpista, com diferentes estratégias, em distintos momentos. E a legitimação ideológica midiática acompanha todos os desdobramentos do golpe em curso, em sua pesada arquitetura.

E, assim, em meio a pactos gestados na “política de negócios” e fundados no “regime da pós-verdade”, o golpe vai se aprofundando nas medidas e contrarreformas do governo Temer que tem, como projeto, destruir, em dois anos – 2016/2017 – de uma só vez, três pactos construídos ao longo dos últimos 80 anos: o pacto da Constituição de 1988, representado pelos serviços públicos universais; e o pacto lulista, representado pelos programas sociais; o pacto varguista, com suas garantias trabalhistas e previdenciárias, com graves desdobramentos, colocando a democracia brasileira em risco, em perigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO (Ed.). **Más allá del desarrollo**. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

ALBAVERA, F. S. **El desarrollo productivo basado en la explotación de los recursos naturales**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

APROSOJA BRASIL. ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SOJA DO BRASIL. **Levantamento da safra de grãos 2016/2017**. 2017. Disponível em: <<http://aprosojabrasil.com.br/2014/estatistica-da-soja/levantamento-da-safra/>>. Acesso em: 9 maio 2017.

BARTON, J. R. Eco-dependency in Latin America. **Journal Singapore of Tropical Geography**, v. 27, n. 2, p. 134-149, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00249.x>>.

BEBBINGTON, A. **Extractive Industries and Stunted States: Conflict, Responsibility and Institutional Change in the Andes**. December 10, 2009 7:13 MAC/AMAN Page-97 9780230_220775_07_cha06, Raman (Ed.) Corporate Social Responsibility: Discourses, Practices and Perspectives, p. 97-115. London. Palgrave MacMillan. (PDF, 84KB). Disponível em: <http://hummedia.manchester.ac.uk/schools/seed/andes/publications/papers/Bebbington-InRamanBook.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2018.

_____. *et al.* Contention and ambiguity: mining and the possibilities of development. **Development and Change**, v. 39, n. 6, p. 887-914, 2008. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2008.00517.x/abstract>>.

BGS. World mineral statistics data. **British Geological Survey**, 2017. Disponível em: <<http://www.bgs.ac.uk/mineralsuk/statistics/wms.cf-c?method=searchWMS>>. Acesso em: 5 maio 2017.

BM&F BOVESPA. Glossário. 2014. Disponível em: <<http://ipn.bmfbovespa.com.br/media/normativos/Glossario.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BMWF. **World mining data**. Wien: Bundesminister für Wissenschaft, Forschung und Wirtschaft, 2017.

BRAGA, R. **Investigando a pilhagem**: observações sobre o novo livro de David Harvey, 10 de outubro de 2016, Blog da Boitempo,

in:<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/10/investigando-a-pilhagem/>.> Acesso em: 20 out. 2016.

CAMPOS, M. C. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Geografia**, v. 6, n. 1, p. 161-191, 2011.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Análises de conjuntura e crise do Estado**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Aula Inaugural no Campo das Políticas Públicas, Fortaleza, UFC, 2017.

_____. **O Brasil real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 1999.

_____; GUERRA, E. C. Brasil. “O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas**, v.19, n.1, jan./jun. 2015, p. 41-60.

_____. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas**, UFMA, São Luís, Número Especial, p. 267-280, novembro de 2016.

CARVALHO FILHO, A.; CURI, N.; SHINZATO, E. Relações solo-paisagem no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 45, n. 8, p. 903-916, 2011. ISSN: 1678-3921.

CHENG, I.-H.; XIONG, W. Financialization of commodity markets. **Annual Review of Financial Economics**, v. 6, p. 419-441, 2014.

CONAB. **Séries históricas**. Companhia Nacional de Abastecimento, 2017. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=>>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, F. *et al.* **Uma nova fase do capitalismo?**, São Paulo: Xamã, 2003.

COONEY, S. *et al.* **Minerals price increases and volatility: causes and consequences**. Washington: Congressional Research Service, 2008.

DAVIS, G. A.; TILTON, J. E. The resource curse. **Natural Resources Forum**, v. 29, n. 3, p. 233-242, 2005.

GOLDFARB, Y. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista NERA**, v. 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Os limites da democracia brasileira**. Le Monde Diplomatique Brasil, 120 ed. ago. 2017. p. 5. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-limites-da-democracia-brasileira/>, acesso em: 21 agosto de 2017.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP e CLAES (Ed.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

_____. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v. 237, p. 128-146, 2012a.

_____. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P. e PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUMPHREYS, D. The great metals boom: a retrospective. **Resources Policy**, v. 35, n. 1, p. 1-13, 2010.

INTERNATIONAL TRADE CENTER. **Trade map**: trade statistics for international business development. 2017. Disponível em: <<http://www.trademap.org>>. Acesso em: 23 feb. 2017.

KLIASS, P. O golpeachment e as expectativas. **Revista Carta Maior**, 04 maio 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-golpeachment-e-as-expectativas/7/36069>> <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-golpeachment-e-as-expectativas/7/36069>>, Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. **Temer e o financismo**. Matéria publicada no site Carta Maior, em 31 de março de 2017. Disponível em: <https://www.cartamaior.com>.

br/?/Editoria/Economia/Temer-e-o-Financismo/7/37906. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. **PEC 55** - O Financismo na Constituição. Matéria publicada no site Carta Maior, em 20 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/PEC-55-o-financismo-na-Constituicao/7/37301>>. Acesso em: 30 de nov. 2016.

MELLO, P. C. Estratégia de desenvolvimento baseada em recursos naturais e o papel da BM&F. **Resenha BM&F**, v. 167, p. 50-65, 2006.

MDIC. **Séries históricas**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 5 maio 2017.

MILANEZ, B. Boom ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro no período 2000-2016. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. S2, p. 1-18. 2017.

_____.; SANTOS, R. S. P. dos; MANSUR, M. S. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das *commodities*. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá – Pará: Editorial Iguana, 2016. p. 51-86.

_____. Topsy-turvy neo-developmentalism: an analysis of the current Brazilian model of development. **Revista de Estudos Sociais**, v. 53, p. 12-28, 2015.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros, **Cad. EBAPE. BR**, v. 11, nº 2, artigo 6, Rio de Janeiro, jun. 2013, p. 311–339. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000200008>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MISSIO, F.; OREIRO, J. L. The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2, p. 247-266, 2015. ISSN: 0101-3157.

NISSANKE, M. Commodity market linkages in the global financial crisis: excess volatility and development impacts. **The Journal of Development Studies**, v. 48, n. 6, p. 732-750, 2012.

NUNES, W. Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 67-89, 2016. ISSN 1678-9873.

OLIVEIRA, A. U. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, Anais... 12, Montevideo: Universidad de La Republica: 1 - 15 p. 2009.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. Campinas: Boitempo, 2012. p. 103-133.

PAULANI, L. M. **A dependência redobrada**: le monde diplomatique Brazil. 61 ed. 2012, in: <https://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/>.> Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. **Mídia e mercado fazem terrorismo econômico, Brasil de Fato**, São Paulo, nov. 2014. Entrevista concedida a Bruno Pavan. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/537146-para-leda-paulani-midia-e-mercado-fazem-terrorismo-economico>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

_____. **Crise atual reflete dependência estrutural da economia brasileira**. Carta Maior, matéria publicada em 3 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Leda-Paulani- crise-atual-reflete-dependencia-estrutural-da-economia-brasileira/7/34150>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Com plano neoliberal de Temer, direitos vão para o buraco**, entrevista com Leda Paulani por Joana Rozowykwiat, publicada no Portal Vermelho, 3 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/282905-1>.> Acesso em: dezembro de 2016.

_____. Não há saída sem a reversão da financeirização. **Cadernos de Análises da Conjuntura**, São Paulo, Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes, n. 1., 2018. p. 47-88.

PAULANI, L. M.; PATO, C. G. G. Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PUGA, F. A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais. **Visão do Desenvolvimento**, v. 36, p. 1-8, 2007.

RADETZKI, M. The anatomy of three commodity booms. **Resources Policy**, v. 31, n. 1, p. 56-64, 2006.

RIGOTTO, R., Ed. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe, CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. **Natural resource abundance and economic growth**. Cambridge, MA: Harvard Institute for International Development, 1997.

SCHAPER, M.; VÉRÈZ, V. O. **Evolución del comercio y de las inversiones extranjeras en industrias ambientalmente sensibles: Comunidad Andina, Mercosur y Chile (1990-1999)**. Santiago de Chile: 2001.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2006.

SCOTTO, G. **Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina**. IN: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 4, 2011, Campos dos Goytacazes, Universidade Federal Fluminense.

SIKKINK, K. **Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

SWARAY, R. How did the demise of international commodity agreements affect volatility of primary commodity prices? **Applied Economics**, v. 39, n. 17, p. 2253-2260, 2007.

TILTON, J. E.; HUMPHREYS, D.; RADETZKI, M. Investor demand and spot commodity prices. **Resources Policy**, v. 36, n. 3, p. 187-195, 2011.

TRINER, G. D. **Mining and the state in Brazilian development.** London: Pickering & Chatto, 2011.

UNCTAD. **Trade and development report 2009.** Genève: United Nations Conference on Trade and Development, 2009.

USDA. **Production, supply and distribution.** United States Department of Agriculture, 2017. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>>. Acesso em: 8 maio 2017.

WORLD BANK. **Data. 2017a.** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. **World Bank Commodity Price Data (The Pink Sheet).** 03 Abr 2017b. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>. Acesso em: 4 maio 2017.

WSA. **Steel Statistical Yearbook.** World Steel Association, 2017. Disponível em: <<https://www.worldsteel.org/steel-by-topic/statistics/steel-statistical-yearbook-.html>>. Acesso em: 6 maio 2017.